


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos  
 FORO DE SÃO CARLOS  
 VARA DA FAZENDA PÚBLICA  
 Rua D. Alexandrina, 215  
 São Carlos - SP  
 Telefone: (16) 3307-4100 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

**SENTENÇA**

Processo nº: **0002800-35.2012.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Embargos À Execução Fiscal - Construção / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Daniel Felipe Scherer Borborema

**CONCLUSÃO**

Aos 01/11/2013 12:17:37 faço estes autos conclusos ao  
 Meritíssimo Juiz de Direito Auxiliar de São Carlos. Eu, esc.  
 subscrevi.

**RELATÓRIO**

**BANCO SANTANDER BRASIL SA** opõe embargos à execução que lhe move a **FAZENDA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS** aduzindo, preliminarmente, que as CDAs não preenchem os requisitos do art. 2º, § 5º, II da LEF. No mérito afirmou que (a) a lista de atividades sobre as quais incide o imposto é taxativa; (b) que sobre as operações financeiras cabe à União legislar; (c) que não se pode tributar as receitas decorrentes da recuperação de encargos e despesas por se tratarem de reembolso; (d) ausência de tributação sobre as atividades-meio, sendo somente a atividade-fim tributável, pelo Município ou pela União; (e) que a tributação deve ocorrer na sede da empresa, sendo portanto o embargado, parte ilegítima para a cobrança do tributo. Requereu a procedência da ação. Juntou documentos (fls.29/93). Atravessou petição (fls. 97/99), aduzindo que o débito se encontrava pago antes da propositura da ação, requerendo a extinção do feito pelo pagamento do débito. Juntou novos documentos (fls. 102/104).

Em impugnação, a embargada, aduziu que (i) os pagamentos alegados não correspondem aos débitos em cobrança nestes autos pois possuem identificações diferentes; (ii) que as CDAs preenchem os requisitos legais; (iii) que o tributo não viola o rol da LC nº 116/03 e que se trata de imposto por autolançamento. Requereu a improcedência da ação.

A fls. 148 a embargada aduz que os débitos foram cancelados através de processo administrativo requerido pelo próprio banco.

Instados a especificarem provas, a embargante se manifestou a fls. 169/172 e a embargada a fls. 179/183.

Nos autos principais a exequente desistiu da ação com fundamento no art.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua D. Alexandrina, 215

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3307-4100 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

26 da LEF e o embargante, destes.

Ante o exposto, JULGO EXTINTO estes embargos com fundamento no art. 267, VIII do CPC.

P.R.I.

São Carlos, 08 de abril de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME  
IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**